

A agricultura brasileira após o Plano de Metas: a modernização agrícola sem reforma agrária (1961-1978)*

Brazilian Agriculture After the Target Plan: Agricultural Modernization Without Agrarian Reform (1961-1978)

Pedro Vilela Caminha**

Resumo: O artigo descreve o comportamento da agricultura brasileira entre 1961 e 1978 com o objetivo de testar empiricamente a hipótese de que haveria uma quebra na tendência histórica de oito variáveis econômicas que podem influenciar a decisão do agricultor em adotar práticas agrícolas modernas de acordo com o modelo Paiva-Schultz: o preço e a produtividade do capital e do trabalho na agricultura, assim como o preço interno e externo e o consumo dos produtos agrícolas. Para isso, a metodologia de pesquisa é a técnica de análise da quebra estrutural da tendência das séries temporais dessas oito variáveis econômicas. Os resultados encontraram evidências empíricas de que no biênio 1963-1964 houve uma quebra na tendência histórica dessas oito variáveis e a melhora na elasticidade-preço da oferta agrícola de consumo interno. Essas transformações explicam o deslanche da modernização agrícola e – como o outro lado da mesma moeda – a obsolescência da reforma agrária no Brasil.

Palavras-chave: Plano de Metas. Modernização agrícola. Reforma agrária.

Abstract: The article describes the behavior of Brazilian agriculture between 1961 and 1978 with the objective to empirically test the hypothesis that there would be a break in the historical trend of eight economic variations that can influence the farmer's decision to adopt modern agricultural practices according to the Paiva model -Schultz: the price and productivity of capital and labor in agriculture, as

* Submissão: 21/08/2023 | Aprovação: 27/10/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i3.945

Artigo derivado do capítulo 6 da tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ), com auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da sua instituição.

** Analista de Desenvolvimento Agrário/Agronegócios do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ). Doutor em Economia pelo PPGE/UFRJ, Brasil | ORCID: 0000-0003-4331-3691 | E-mail: pedrovcaminha@gmail.com



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial
4.0 Internacional

well as the internal and external price and consumption of agricultural products. To achieve this, a research methodology is a technique for analyzing the structural break in the time series trend of these eight economic variables. The results found empirical evidence that in the 1963-1964 biennium there was a break in the historical trend of these eight variables and an improvement in the price elasticity of agricultural supply for domestic consumption. These transformations explain the takeoff of agricultural modernization and – as the other side of the same coin – the obsolescence of agrarian reform in Brazil.

Keywords: Targets Plan. Agricultural modernization. Agrarian reform.

JEL: N56. O13. Q16.

Introdução

Segundo autores das mais variadas correntes de pensamento econômico sobre a agricultura brasileira, como Ruy Miller Paiva (1965) e José Graziano da Silva (1987), até a segunda metade da década de 1950 a modernização da agricultura no Brasil não havia deslanchado porque as variáveis econômicas que poderiam incentivá-la apresentavam uma tendência de serem cada vez mais comparativamente desvantajosas. Entretanto, na segunda metade da década de 1950, o Plano de Metas, implementado durante o governo Juscelino Kubitschek (JK), produziu uma série de fatos históricos – econômicos, sociais e políticos – que influenciariam o comportamento dessas variáveis.

Assim, o objeto da pesquisa é a descrição analítica do comportamento da agricultura brasileira no subperíodo posterior ao Plano de Metas, entre 1961 e 1978. Isso é feito com o objetivo de testar empiricamente a hipótese de que houve uma quebra na tendência histórica das variáveis econômicas que podem influenciar a decisão do agricultor em adotar práticas agrícolas modernas.

Para testar empiricamente a hipótese de pesquisa, a metodologia de pesquisa é a técnica de análise da quebra estrutural da tendência das séries temporais das variáveis econômicas que estimulam ou desestimulam a modernização agrícola segundo o modelo formalizado por Ruy Miller Paiva (1965) com base nos “insights” de Theodore Willian Schultz (1964). O modelo Paiva-Schultz parte da fórmula da teoria microeconômica de minimização dos custos de produção, que compara a relação entre produtividades e preços de custo dos insumos – capital e trabalho – que podem oferecer o quantitativo de utilização ótimo de cada fator de produção para uma determinada quantidade produzida a preços dados pelo mercado em concorrência perfeita.

Dessa forma, de acordo com o modelo de Paiva-Schultz, a adoção de práticas agrícolas modernas poderia ser explicada por oito variáveis econômicas: o preço e a produtividade do capital e do trabalho na agricultura, do lado da oferta de produtos agrícolas; e, do lado da demanda, o preço e o consumo interno e externo dos produtos agrícolas. Uma vez que o presente artigo busca se concentrar na análise das variáveis econômicas destacadas no modelo Paiva-Schultz, o impacto das variáveis políticas, institucionais etc. sobre a modernização agrícola poderá ser tema de outras pesquisas específicas.

No modelo Paiva-Schultz,

[...] em lugar de considerarmos os fatores de validade mais geral,

tais como: educação, pesquisa, crédito etc., pretendemos nos restringir ao aspecto econômico dessa transformação, admitindo que a decisão dos agricultores de se transferir da agricultura tradicional para a moderna depende exclusivamente das possibilidades econômicas oferecidas por ambos os processos. (Paiva, 1965, p. 120)

Em um exemplo simplificado, devido ao alto preço do trator agrícola em comparação ao baixo salário rural, era economicamente vantajoso manter a agricultura em bases tradicionais, com emprego abundante de mão de obra e uso restrito de máquinas e tecnologias modernas (como tratores, fertilizantes químicos etc.). Assim como nesse exemplo ilustrativo, de maneira simplificada, a presente pesquisa utiliza o preço do trator agrícola como emblemático do custo do capital na agricultura brasileira.

Esse dado estatístico poderá ser mais bem aprofundado em futuras pesquisas de forma a detalhar o preço de outros bens de capital agrícola a montante (como colheitadeiras, roçadeiras etc.) ou a jusante (máquinas processadoras, moagem etc.) da agricultura, assim como o custo dos bens de consumo intermediário do setor (como sementes, adubos químicos etc.). Da mesma maneira, como uma simplificação semântica, o conjunto de atividades econômicas a montante e a jusante da agricultura é aqui denominada de maneira genérica por “agroindústria”.

O conjunto de quatro pares de variáveis que podem contribuir para tentar explicar a modernização agrícola e suas notações algébricas consagradas na literatura econômica são resumidos na tabela a seguir:

Tabela 1 – Variáveis econômicas explicativas de modernização agrícola

#	Variável econômica	Notação algébrica
1	Custo do capital agrícola	r
2	Custo da mão de obra rural	c
3	Produtividade do capital agrícola	$PMgK$
4	Produtividade da mão de obra rural	$PMgL$
5	Preço doméstico agrícola	p
6	Preço de exportação agrícola	px
7	Consumo de produtos agrícolas	C
8	Exportação agrícola	X

Fonte: Caminha (2022b).

Conforme já pesquisado em outros artigos (Caminha, 2022a; 2022b), até o início da década de 1960, a estrutura econômica então encontrada na agricultura nacional apresentava uma tendência que tornava a modernização agrícola comparativamente desvantajosa para o agricultor brasileiro. Porém, como se pretende mostrar, após o Plano de Metas houve uma quebra nessa tendência histórica, tornando a modernização agrícola economicamente vantajosa.

Em particular, a implantação da indústria “pesada” de bens de capital pelo Plano de Metas – e, com ela, a disponibilidade interna de uma agroindústria produtora de máquinas e implementos agrícolas no país – teria possibilitado baratear o custo do trator e outros maquinários e implementos agrícolas modernos (Graziano da Silva, 1987). Ao mesmo tempo, também após o Plano de Metas, nas décadas de 1960 e 1970, a forte aceleração do êxodo rural reduziu a abundância relativa na oferta de mão de obra rural e, com isso, teria elevado os salários rurais (Szmrecsányi, 1986; Kuznets, 1955). Da mesma forma, a extinção do regime de taxas múltiplas de câmbio, em 1961, e a aceleração da urbanização nas décadas de 60 e 70, teriam expandido o consumo interno e externo e inflacionado os preços agrícolas internos e de exportação (Baiardi, 1996).

De forma simplificada, a pesquisa utiliza o emprego urbano como indicador do consumo do mercado interno de produtos agrícolas. Embora no pensamento neoclássico de Paiva (1965) essa variável de quantidade seja negligenciada em detrimento das variáveis-preço, ela – que corresponde à demanda da economia nacional por produtos agrícolas – é central no modelo Paiva-Schultz aqui apresentado, pois serve como um indicador da taxa de urbanização e por isso possui uma dupla relação com a modernização agrícola. De acordo com Rangel (2004), por um lado, o aumento da população urbana relaciona-se à migração rural-urbana que, a partir da década de 1960, passa a reduzir a população rural em termos absolutos, pressionando (junto com outros fatores) pela elevação do salário rural e assim podendo incentivar a modernização agrícola; por outro lado, o aumento da população urbana permite a ampliação do mercado de consumo de produtos agrícolas que possibilitam o crescimento da produção e da produtividade advindas com a própria modernização da agricultura.

Além disso, a presente pesquisa analisa a heterogeneidade encontrada na estrutura econômica da agricultura brasileira e no seu processo de modernização por meio da segmentação do destino da produção agrícola, ou seja,

entre agricultura de exportação e de mercado interno. Desse modo, enquanto a meia dúzia de lavouras de exportação possui uma regionalização bem caracterizada (café no Sudeste, tabaco no Sul, cana no Nordeste, cacau no sul da Bahia, borracha no Norte e soja no Centro-Oeste), os sete cultivos representativos do consumo interno de gêneros agrícolas aqui pesquisados podem ser regionalizados da seguinte forma simplificada: arroz gaúcho, maranhense e do Centro-Oeste; feijão do Paraná e Bahia; milho (utilizado como indicador da atividade criatória pecuária de bovinos, suínos e aves) do Centro-Oeste e Paraná; cebola do Paraná e São Paulo; além da mandioca do Nordeste e todo Brasil (Maluf, 1992).

Ademais, na história econômica da agricultura brasileira, a implantação pelo Plano de Metas de uma infraestrutura de energia, comunicação e transportes rodoviários permitiu a integração dos mercados de trabalho, bens e crédito no território nacional. Para os fins propostos na presente pesquisa sobre o período 1961-1978, a integração dos mercados nacionais torna possível tratar a agricultura brasileira como um conjunto mais ou menos unificado. Por conseguinte, a heterogeneidade inter-regional da agricultura e da modernização agrícola pode ser detalhada em novas pesquisas de modo a analisar o comportamento daquelas oito variáveis econômicas em escala estadual ou interestadual (Szmrecsányi, 1986).

Para detalhar as transformações econômicas no subperíodo histórico posterior ao Plano de Metas quebrar a tendência estrutural antes encontrada na agricultura brasileira como um todo, o presente artigo divide-se em cinco tópicos, além desta introdução e de breves considerações finais. A seguir, no segundo tópico, analisa-se a agricultura brasileira nos anos imediatamente anteriores ao Golpe Militar de 1964, entre 1961-1964, e, em seguida, no terceiro tópico, analisa-se a agricultura brasileira no imediato pós-1964, entre 1964-1968. No quarto tópico analisa-se a agricultura brasileira no chamado “milagre” econômico, entre 1968-1974 e, no quinto, a economia brasileira no 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (2º PND), entre 1974 e 1978. Por fim, no sexto e último tópico, analisa-se especificamente o comportamento da agricultura brasileira nos anos do 2º PND.

1. A agricultura brasileira imediatamente antes do Golpe de 1964 (1961-1964)

A economia brasileira inicia a década de 1960 ainda “digerindo” a grande transformação estrutural por que passara pelo Plano de Metas (Villela, 2011). Entre 1957 e 1962, durante os anos de maturação dos investimentos do Plano de Metas, o Brasil apresentou as maiores taxas de crescimento de renda da sua história econômica até então, com uma taxa média de quase 9% ao ano. Porém, logo em seguida, no início da década de 1960, o crescimento econômico sofreu uma forte desaceleração, concomitantemente ao aumento das taxas de inflação (Fonseca; Moreira, 2012).¹

No cenário externo, a remessa de lucros e dividendos pelos investimentos estrangeiros atraídos no âmbito do Plano de Metas sobrecarregou ainda mais a agricultura de exportação. Ao mesmo tempo, no cenário interno, a manutenção da importância da lavoura de exportação esteve relacionada à permanência de um padrão extremamente concentrado na distribuição de renda e terras na agricultura brasileira.

O acirramento do que se convencionou chamar de “questão agrária” – a altíssima concentração de renda e terras na agricultura brasileira – constituiria um dos germes da crise que perdurou por quase toda a década de 1960 no país. Para diversos autores, dos quais o mais famoso foi o expoente economista brasileiro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Celso Furtado, a solução para a desaceleração no ritmo de crescimento econômico – que passou a ser considerada como a demonstração de uma tendência estrutural à estagnação – seria a consecução de uma política com medidas mínimas de reforma agrária na agricultura brasileira, tanto para a retomada do crescimento econômico quanto para a continuidade do processo de industrialização nacional e – por último, mas não menos importante – o deslanche da modernização agrícola.²

¹ Durante a década de 1960, a crise econômica foi agravada por uma crise política, com a alternância de três regimes de governo em poucos anos. Essa alternância ocorreu com a breve experiência parlamentarista brasileira, o retorno ao presidencialismo e, por fim, o Golpe de Estado e subsequente instalação de um regime militar que perduraria até a década de 1980. A crise política dos anos 1960 começou já em 1961, com a renúncia do recém-eleito presidente da República, Jânio Quadros, menos de sete meses após sua posse (Villela, 2011). O impasse em torno da posse do vice-presidente, João Goulart (então em visita à China comunista), levou à adoção de um regime parlamentarista. A breve experiência parlamentarista brasileira de 1961-1962 não resolveu a crise política, com a alternância de três primeiros-ministros em menos de dois anos (Abreu, 1990). A manutenção da instabilidade política justificou Goulart a conseguir que o Congresso antecipasse para janeiro de 1963 o plebiscito sobre o retorno ao regime presidencialista (antes estabelecido para após o término do seu mandato, em 1965), logrando-se vitorioso.

² Apesar da importância que esse pensamento econômico adquiriu no Brasil nas décadas de 1950 e 1960,

De acordo com esse pensamento daquela época, partia-se da premissa de que o objetivo do desenvolvimento econômico nacional não era apenas a modernização da agricultura em si, que poderia ser obtido por meio de incrementos da produtividade agrícola de forma “natural” (pelas vantagens comparativas do livre-comércio) ou com decidido apoio estatal, como no debate entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen (Teixeira, 2010). Ao contrário de Gudín e Simonsen, para Furtado (1966), a modernização e o incremento da produtividade agrícola não eram uma finalidade em si mesmas, mas sim, eram apenas um *meio* de aumentar a oferta agrícola e reduzir a inflação.

Afinal, a baixa sensibilidade da oferta agrícola aos seus preços tornava a agricultura um obstáculo ao desenvolvimento econômico nacional – justificando a concretização de uma política de medidas mínimas de reforma agrária. Por isso, também é pesquisado o comportamento da elasticidade-preço da oferta agrícola no período em análise.

Relacionada à mais completa omissão da questão da reforma agrária no Plano de Metas, logo após a sua implementação, já em 1961-1962, houve a organização da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Barcellos, 1983). Devido à forte pressão política advinda da organização de sindicatos de trabalhadores rurais em cada município do país unificados em torno da Contag, pouco tempo depois, em março de 1963, ocorreu a extensão da política trabalhista à agricultura brasileira, por meio da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

A primeira grande mudança normativa nos contratos de trabalho rural vem com o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 de 2-3-1963), norma que em geral propõe a ampliação dos direitos trabalhistas urbanos – férias, contrato registrado na Carteira de Trabalho, mínimo salário, estabilidade aos 10 anos de serviço, proteção ao trabalho de menores e mulheres, etc. entre as relações trabalhistas na agricultura. (Delgado, 1985, p. 43)

A chegada à agricultura brasileira dos hoje considerados direitos sociais mínimos foi percebida por analistas contemporâneos ao Estatuto do Trabalhador Rural como um “verdadeiro complemento” da lei que aboliu a escravi-

ele não era uma peculiaridade brasileira, estando presente em diversos outros autores e debates na América Latina e no mundo. Pode-se citar as contribuições de Mariátegui, no Peru, passando por Prebisch, na CEPAL, e até mesmo a iniciativa do governo estadunidense de John F Kennedy por meio da “Aliança para o Progresso”, bem como as experiências de concretização de uma reforma agrária no México, Peru e Cuba, na América Latina e no Caribe, para não falar das experiências na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no Japão e na China continental.

zação no Brasil, a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. (Prado Jr., 1963, p. 251). Em certa medida, essa complementação pode estar relacionada ao fato de que, antes dessa Lei, “os trabalhadores rurais eram tratados que nem criação”, conforme definição feita por um trabalhador rural entrevistado em pesquisa antropológica (Sabóia, 1978, p. 119).³

Com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, o governo João Goulart rompia com o pacto “populista” – firmado na exclusão do trabalhador rural da política trabalhista – sem chegar a atender nem ao capital, nem às diversas frações da classe trabalhadora (Barcellos, 1983, p. 122). Talvez por causa da ruptura política simbolizada pelo Estatuto do Trabalhador Rural, o governo Goulart se dispusesse a partir para uma “reforma agrária na lei ou na marra” – tal como se proclamava nas ruas.

Por decreto presidencial, João Goulart tentou passar por cima das resistências conservadoras do Congresso Nacional. Um ano após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em março de 1964, em uma sexta-feira 13, assinava o que ficaria amplamente conhecido na historiografia agrária brasileira como o “Decreto da Supra”.⁴ No Comício da Central do Brasil – convocado para lutar “pelas Reformas de Base e contra o Congresso conservador” –, com a presença de mais de 200 mil brasileiros e com discurso transmitido ao vivo por rádio para todo o país, Goulart proclamava que estava desapropriando (com justa e prévia indenização em dinheiro, conforme previsto na legislação) as terras rurais favorecidas pelo Estado pela construção e pavimentação de rodovias.

“O Decreto da SUPRA, em um contexto de intensa mobilização, do qual o Comício da Central foi apenas uma amostra, polarizou ainda mais os interesses conservadores, ultimando o golpe de Estado” (Medeiros, 1982, p. 120). O Decreto da Supra serviu como um dos principais pretextos para justificar a necessidade de um Golpe Militar em 1º de abril de 1964 – menos de 20 dias após o Comício na Central do Brasil.

³ É interessante notar que as lutas pelos direitos civis na década de 1960 também estão relacionadas à abolição da escravatura nos EUA. Isso porque, durante a Guerra Civil Americana, os democratas radicais também associaram a abolição da escravatura à realização de uma reforma agrária, por meio da fórmula “cada negro, 25 acres”. Afinal, “cem anos depois, os movimentos pelos direitos civis não reivindicam muito além disso” (Moore Jr., 1966).

⁴ A Superintendência de Política Agrária (Supra) fora criada em 1962, durante a breve experiência parlamentarista brasileira. Porém, devido à instabilidade política daquele início dos anos 60 – e especificamente por ser o órgão executor de uma política ainda polêmica e sem consenso – a Supra ficou sem uma composição dirigente até os primeiros meses de 1964. Somente em 1964, a Supra teve seu primeiro – e único – superintendente em sua curtíssima e polêmica história (o eminente João Pinheiro Neto, ex-presidente de Minas Gerais e ex- chefe da Casa Civil de JK).

Quando a reforma agrária entrou na pauta do dia do governo Jango [apelido de João Goulart], a reação foi imediata. O presidente Goulart assinou o decreto desapropriando, para fins de reforma agrária, as terras circunvizinhas às rodovias e ferrovias nacionais e, em contrapartida, foi deposto pelo golpe político-militar de 1964. (Moreira, 1998)

Não por acaso, o Decreto da SUPRA foi revogado exatamente um mês após o Comício da Central do Brasil. Os movimentos que se seguiriam imediatamente ao Golpe Militar, e particularmente o comportamento da agricultura brasileira, são analisados no próximo tópico.

2. A agricultura brasileira imediatamente após o Golpe Militar (1964-1968)

Imediatamente após o Golpe Militar, foi restabelecida a legislação sindical e trabalhista tal como existia antes da redemocratização política de 1946. Houve a intervenção, cassação e dissolução dos sindicatos de trabalhadores rurais; líderes rurais foram “decapitados” e a autoridade do Estado sobre a agricultura, restaurada (Barcellos, 1983).

Ainda assim, a estrutura sindical da agricultura brasileira – instituída com o Estatuto do Trabalhador Rural e o reconhecimento legal da Contag – foi mantida intacta (Barcellos, 1983). Ou seja, houve a eliminação das lideranças rurais surgidas, assim como grande parte dos membros da Contag; no entanto, a estrutura sindical tripartite da agricultura brasileira foi mantida inalterada.

Alguns meses após o Golpe de Estado, em julho de 1964, foi promulgado o Estatuto da Terra. Em 1964, a rápida aprovação do Estatuto da Terra pelo Congresso Nacional só foi possível graças à cassação do mandato político de dezenas de deputados e senadores favoráveis à reforma agrária, possibilitando a articulação de um consenso mínimo em torno da controversa questão da terra.

O Estatuto da Terra consagrou o preceito de que a principal função da agricultura na industrialização poderia ser cumprida por meio do aumento da produção e produtividade agrícola. Assim, passou a ser responsabilidade do Estado Nacional incentivar o uso produtivo da terra rural. Apenas no caso em que – apesar de todos os estímulos públicos – a terra rural permanecesse ociosa ou com baixos índices de produtividade, caberia a intervenção estatal direta por meio da desapropriação por interesse social.

Em suma, o Estatuto da Terra tinha o propósito claro e expresso de promover a modernização ou “industrialização” da agricultura. O Estatuto previa que, ao atender a esse propósito, alcançaria o aumento da produção e da produtividade agrícola.

No Estatuto da Terra, está claro e expresso que as medidas de desapropriação do imóvel rural só devem ser realizadas de forma pontual e focalizada, priorizando “zonas críticas ou áreas de tensão social” (Martins, 1981, p. 95). Assim, o Estatuto não diferenciava a propriedade da terra apenas pelo tamanho da propriedade rural, mas sobretudo pelo seu uso: produtivo ou não.

Atraindo para si violenta oposição, principalmente de entidades de classe patronais rurais, o Estatuto da Terra marcou uma solução de compromisso, só possível porque a conjuntura foi alterada. A lei de reforma agrária surgiu no momento em que o movimento popular estava completamente desestruturado e, portanto, impossibilitado de cobrar sua aplicação; por outro lado, colocar nas mãos do Estado um instrumento ágil para aliviar as recorrentes tensões sociais e, ao mesmo tempo, eficaz para estimular a modernização necessária, acreditava-se, para dar sustentação à nova etapa do desenvolvimento econômico em que o país entrou. (Medeiros, 1982, p. 131)

Ao lado da nova legislação da terra, o governo de Castelo Branco assumiu expressamente a tarefa de “reorganizar a casa” antes transformada pelo Plano de Metas. Ao contrário das reformas sociais almejadas por João Goulart, o marechal Castelo Branco destacou-se pela execução de suas Reformas Institucionais.

As chamadas Reformas Institucionais tiveram o objetivo de readequar a “superestrutura” política e institucional brasileira às transformações por ela sofridas em sua “infraestrutura” econômica e tecnológica pelo Plano de Metas (usando a terminologia marxista). Em essência, as Reformas Institucionais foram basicamente quatro: tributária, financeira, salarial e previdenciária (Hermann, 2011).

Em primeiro lugar, a reforma tributária promoveu forte centralização tributária, concentrando grande parte da arrecadação de impostos no governo federal. Essa centralização permitiu à União aumentar novamente seus gastos sem pressionar a inflação. Em 1963, a arrecadação de impostos do governo federal representava pouco mais de 8,4% da renda nacional. Entre 1964–1967, esses impostos baixaram para menos de 7,9%, para, entre 1968–1973, nos anos do “milagre” econômico, aumentarem para mais de 9,1% (Hermann, 2011).

Em segundo lugar, a reforma financeira visava estimular a formação de poupança e o investimento privado de longo prazo. Assim, a reforma promoveu a segmentação do mercado bancário entre banco comercial (com depósitos à vista) e banco de investimento (com depósitos a prazo). Ao mesmo tempo, com o objetivo de tornar o combate à inflação imune a pressões políticas, foi criado o Banco Central do Brasil (BCB).

Em terceiro lugar, a reforma salarial estabeleceu uma fórmula de reajuste do salário mínimo, de forma a torná-lo imune a políticas “populistas”. Com base nessa fórmula, o salário mínimo passou a ser reajustado de acordo com o aumento da produtividade do trabalho, somado à inflação oficialmente esperada pelo governo. A produtividade era estimada pelo governo e a inflação esperada pelo governo sempre foi menor que a taxa de inflação efetiva, resultando em forte compressão salarial.

Segundo um especialista em política salarial, “o salário mínimo foi muito impactado pela nova legislação salarial” (Sabóia, 1985, p. 76). Os anos entre 1964 e 1968 “correspondem a uma queda acentuada dos salários em geral, consequência da política salarial em vigor”. Já entre 1969 e 1973, nos anos do “milagre” econômico, “enquanto a economia experimentava taxas de crescimento muito elevadas, o salário mínimo continuava a sua trajetória descendente” (Sabóia, 1985, p. 78).

A consequência da reforma salarial foi impor um forte aperto salarial urbano. O salário mínimo real, cuja média anual em 1964 girava em torno de Cr\$ 860,00, de 1967 a 1973 caiu para um patamar abaixo de Cr\$ 600,00 – uma queda de 21% segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) disponíveis no Ipeadata (Ipea, 2007).

Em quarto e não menos importante lugar, a reforma previdenciária unificou os antigos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A unificação dos Institutos de Aposentadorias permitiu que a política previdenciária se generalizasse, chegando finalmente à agricultura brasileira. Sua chegada se deu com a regulamentação da fonte de financiamento da previdência rural, em 28 de fevereiro de 1967 – nas últimas semanas do governo Castelo Branco, encerrado em 15 de março.

Dessa forma, é possível perceber que o governo Castelo Branco iniciou e encerrou seu mandato presidencial com uma preocupação central: as questões pertinentes à agricultura brasileira. Como visto, em julho de 1964, o marechal teve como uma de suas primeiras medidas a promulgação do Estatuto da Terra e, em fevereiro de 1967, ao “apagar das luzes” do seu go-

verno, promoveu a regulamentação da fonte de financiamento da previdência rural.

A regulamentação da previdência rural foi, “em termos de beneficiários, a grande inovação” da política previdenciária brasileira em toda a década de 1960 (Draibe, 1989, p. 283). Com ela, “tornam-se cidadãos também os trabalhadores rurais” (Werneck, 1998, p. 134).⁵

Apesar de suas limitações, a reorganização institucional, realizada ao longo da década de 1960, permitiu a expansão em massa da política previdenciária brasileira na década de 1970. Naquela década, ainda que com limitações severas, a previdência social deixou de ser exclusividade de uma parcela minúscula da população brasileira e se expandiu, alcançando o trabalhador rural.

Por esse caminho peculiar, “o sistema de proteção avança no sentido da incorporação – ainda limitada e socialmente discriminada – dos trabalhadores rurais” (Draibe, 1989, p. 276). Assim, “ao preço de eliminar a influência popular [...] o sistema se moderniza e atinge os de baixo” (Werneck, 1998, p. 153).

Essa última inovação institucional “completou” as reformas na agricultura brasileira que permitiram sua modernização. Isso porque o efeito imediato das Reformas Institucionais do marechal Castelo Branco foi um rápido e forte aumento da carga tributária brasileira.

Em 1962-1964, a carga tributária ainda estava em um nível que pode ser considerado civilizado, entre 15 e 17% da renda. Em 1967, ultrapassava 20%, e, com a retomada do crescimento econômico, chegou a 26% em 1970 (Giambiagi *et al.*, 2011). Ou seja, as Reformas Institucionais lograram a elevação da carga tributária brasileira em mais de 10 pontos percentuais em apenas oito anos.

No que diz respeito às variáveis macroeconômicas, entre 1964 e 1968 a economia brasileira ainda estava em um comportamento de *stop-and-go*, ou “pare e siga” (isto é, no qual um ano de recuperação era seguido por um ano

⁵ Uma análise da previdência rural destaca duas características do modelo instituído para a agricultura brasileira em 1967. A primeira é que oferecia uma proteção limitada dos serviços disponíveis ao trabalhador rural em comparação com o urbano. A segunda característica é que a aposentadoria rural era paga apenas pelo patrão, não pelo trabalhador. Essa segunda característica “introduziu alguma redistribuição no sistema previdenciário brasileiro”; porém, para a agricultura familiar, a contribuição não obedecia a esse princípio redistributivo: para ela, a contribuição para a previdência rural incidia sobre a comercialização de produtos agropecuários a uma alíquota uniforme, independentemente do valor da produção – atuando, portanto, de forma regressiva à redistribuição de renda, já que tributava com a mesma taxa a pequena e grande lavoura (Draibe, 1989).

de desaceleração). Do ponto de vista microeconômico, durante a crise dos anos 1960, a trajetória de “pare e siga” foi particularmente marcante no caso da produção de tratores: após registrar um “boom”, ou estouro, inicial em 1960-1962, entre 1963 e 1967 a produção nacional de tratores gravitou em torno de um patamar de 9 mil unidades por ano – embora baixo, já era levemente acima da marca histórica anterior à política de substituição da importação de tratores agrícolas efetivada pelo Plano de Metas, de cerca de 8 mil novos tratores em uso anualmente na agricultura brasileira.

O comportamento de “pare e siga” pode estar relacionado ao que se pode chamar de “mecanismo de autocontrole” da modernização agrícola formulado por Ruy Miller Paiva (1966). Esse mecanismo ocorre na medida em que o aumento da produção e da produtividade agrícola – obtida com maior uso de máquinas e implementos agrícolas – gera um impacto nos preços agrícolas que desestimula o avanço da própria modernização agrícola. O mecanismo de autocontrole significa que a modernização teria que ser seletiva, restringindo-se a alguns segmentos selecionados da agricultura brasileira – em particular, aqueles privilegiados com políticas econômicas que minimizam a oscilação excessiva de seus preços (de regra, a meia dúzia de produtos agrícolas tradicionais para exportação) (Baiardi, 1996).

Com efeito, segundo dados da série *Estatísticas do século XX*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), entre 1962 e 1966 o crescimento da produção agrícola voltada para o consumo interno foi de apenas 19% – a menor taxa de de todo o período nacional-desenvolvimentista brasileiro. Assim, esse crescimento foi inferior ao crescimento das ocupações urbanas, de 23% nos mesmos anos (IBGE, 2007).

Entre 1962 e 1966, anos de explosiva instabilidade política e social no país, o crescimento da oferta inferior ao aumento da demanda se refletiu na forte alta dos preços dos produtos agrícolas destinados ao consumidor brasileiro, que subiram mais de 238%, ainda segundo as *Estatísticas do século XX* do IBGE (2007). Combinados, o baixo crescimento da produção e a forte alta dos preços tornaram a oferta agrícola voltada para o consumidor interno altamente inelástica, com uma sensibilidade ao preço de somente 0,08.

Apesar desse comportamento dos cultivos voltados para o consumidor brasileiro, a lavoura de exportação teve uma trajetória bem diferente. A produção agrícola para exportação registrou crescimento de 1.077% em volume, com destaque para as lavouras de cacau, tabaco e soja.

O crescimento da produção agrícola de exportação pode ter sido in-

duzido pela forte alta desses preços – em 480%, mais que o dobro da alta dos preços dos produtos agrícolas representativos do consumo interno. A melhora dos preços de exportação esteve relacionada com a extinção do regime de taxas múltiplas de câmbio e a posterior unificação do câmbio, já em 1961. Com a expansão da produção agrícola para exportação ainda mais forte que a elevação de seus preços, a meia dúzia de lavouras destinadas para o estrangeiro apresentou alta elasticidade-preço da oferta, de 2,25.

Durante a crise econômica e política da década de 1960, entre 1962 e 1966, a forte alta dos preços agrícolas no mercado interno e externo esteve associada a uma visível melhora dos salários rurais. A remuneração média anual do trabalhador rural temporário em uma amostra de fazendas do estado de São Paulo pulou de pouco mais de Cr\$ 60,00, em 1962, para o patamar de Cr\$ 985,00, em 1966 (Bacha, 1979). A forte elevação do salário rural não foi exclusiva de fazendas paulistas, tendo sido registrada também em diversas regiões agrícolas do país, como entre os trabalhadores ocupados no cultivo de arroz no município de Campanha (no estado do Rio Grande do Sul), na lavoura de cana-de-açúcar em Piracicaba (São Paulo) e na plantação de cacau em Cacaueira (Bahia) (Baiardi, 1986).

Assim, é possível verificar que a política de compressão do salário mínimo dos trabalhadores formais não levou à queda dos salários rurais, muito pelo contrário; entre outros fatores políticos e institucionais, como a organização da Contag, o Estatuto do Trabalhador Rural e a regulamentação da previdência rural,⁶ é possível que a melhoria salarial rural também estivesse ligada a fatores econômicos, como a redução no crescimento da população rural (devido à aceleração da migração rural-urbana) e o aumento da produtividade agrícola.

A partir dos dados do IBGE (2007), calculou-se que a produtividade física do trabalho na agricultura brasileira registrou, entre 1962 e 1967, um incremento não desprezível, passando de 2,70 para 3,19 toneladas de produtos colhidos por trabalhador rural ocupado. Assim, esse incremento na produtividade média do trabalho na agricultura brasileira de 18%, embora muito menor do que o aumento do salário rural, foi maior do que o aumento de 14% na área plantada.

⁶ Em entrevista ao autor em 2007, o professor de Antropologia Rural do Museu Nacional da UFRJ, Moacir Palmeira, afirmou que durante sua pesquisa de doutorado em plantações canavieiras da região Nordeste em 1969, em plenos “anos de chumbo” e fechamento do regime político nas cidades, na área rural havia forte agitação sindical e reivindicações trabalhistas – que, no entanto, não chegavam ao amplo conhecimento da população urbana devido à forte censura do governo autoritário.

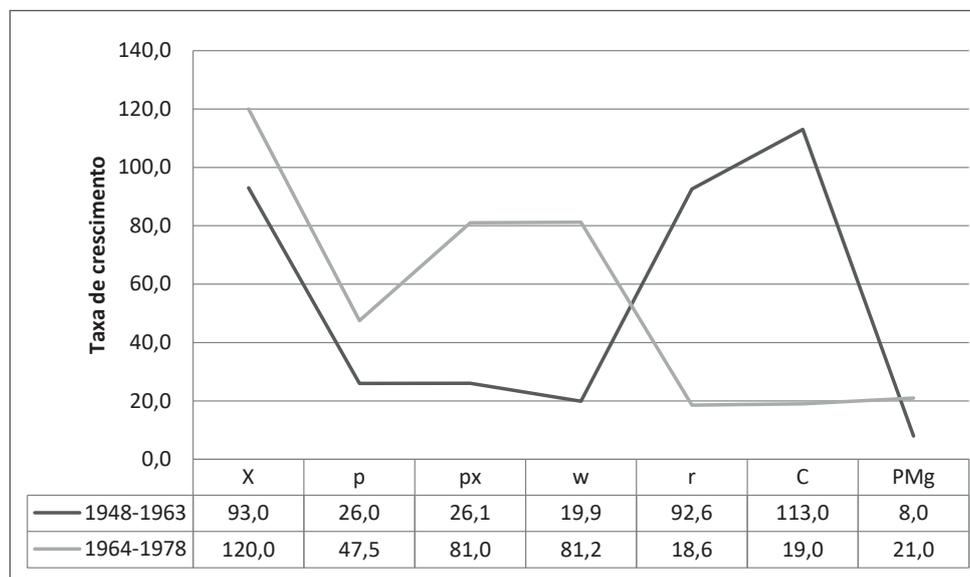
Segundo dados dos *Censos Demográficos* do IBGE (2007), entre 1960 e 1970 a produtividade marginal do trabalho rural era de praticamente 20 toneladas, enquanto a do trator agrícola era de quase 430. Assim, na década de 60 o trator agrícola era 21 vezes mais produtivo que o trabalhador rural.

Segundo dados da agroindústria de tratores, em 1962 o preço médio do trator de menor potência era de Cr\$ 1.707.000,00, enquanto que em 1966 seu custo subia para Cr\$ 9.817.000,00 (Sanders Jr., 1973). Assim, entre 1962 e 1966 o custo do capital na agricultura brasileira aumentou cinco vezes. Com isso, o preço do trator ainda tornava seu uso comparativamente desvantajoso, quando confrontado ao valor do salário do trabalhador rural e à respectiva produtividade desses fatores de produção na agricultura brasileira.

No entanto, é central e crucial para a demonstração empírica da hipótese de pesquisa sublinhar que houve uma quebra na tendência da estrutura econômica da agricultura brasileira: o aumento no preço do capital foi comparativamente menor do que a elevação do salário rural. Conforme visto em pesquisas anteriores, no subperíodo histórico anterior à década de 1960, a estrutura econômica da agricultura brasileira apresentou uma tendência de aumento na relação entre o custo do capital e do trabalho rural; entretanto, a partir de então, a relação entre esses preços inverteu aquela tendência estrutural anterior ao Plano de Metas e começou a se reduzir.

A quebra na tendência anteriormente verificada na estrutura econômica da agricultura brasileira pode ser resumida observando a taxa de crescimento de cada uma das variáveis econômicas que podem explicar a modernização agrícola, conforme apresentado abaixo no Gráfico 1 com as notações algébricas consagradas na literatura econômica elencadas anteriormente na Tabela 1. Considerando o fatídico biênio 1963-1964 como “divisor de águas”, nos 15 anos que compõem o subperíodo histórico que pode ser considerado anterior ao Plano de Metas, os preços do mercado interno e externo, bem como os salários rurais, aumentaram cerca de 20 vezes, enquanto o preço do trator inflou-se mais de 90 vezes. Em contraposição, nos outros 15 anos que compõem o subperíodo histórico aqui considerado posterior ao Plano de Metas, entre 1964 e 1978, a taxa de inflação desses mesmos preços e salários rurais registrou uma eloquente inversão: o preço do trator aumentou menos de 20 vezes, enquanto o salário rural e o preço de exportação subiram mais de 80 vezes, e o preço do consumo interno, quase 50 vezes.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento das variáveis explicativas da modernização agrícola (Brasil, 1948-1978)



Fonte: IBGE (2007), Sanders Jr. (1973) e Bacha (1979).

Por sua vez, no subperíodo histórico 1948-1963, as ocupações urbanas aumentaram 113%. No subperíodo 1964-1978, porém, esse crescimento foi de apenas 19%. A desaceleração do ritmo de crescimento do emprego urbano reduziu o ritmo de expansão da demanda efetiva por gêneros agrícolas.

Comportamento oposto ocorreu com o volume exportado: de um crescimento de 93% em 1948-1963, em 1964-1978 cresceu mais de 135 vezes, relacionado com a “commoditização” de produtos agrícolas (como a soja e o milho) feita pela chamada “Revolução Verde”. Finalmente, o crescimento da razão entre a produtividade dos fatores capital e trabalho rural passou de 8%, em 1948-1963, para 21%, em 1964-1978.

A quebra da tendência histórica das quantidades, preços e salários rurais é de crucial importância para a demonstração empírica da hipótese de pesquisa. Em conjunto, a quebra de tendência demonstra empiricamente que, até 1963, a modernização agrícola era cada vez menos vantajosa. Porém, a partir de 1964, essa tendência se inverteu, passando a registrar uma trajetória que tornou a modernização agrícola gradativamente vantajosa para o agricultor brasileiro – aqui assumido com uma visão schumpeteriana dos preços relativos.⁷

⁷ A vantagem comparativa na modernização agrícola só seria de fato efetiva para os produtos cujo preço estivesse relativamente elevado (especialmente os de exportação) e principalmente para os agricultores que tivessem acesso à política de crédito rural subsidiado e destinado obrigatoriamente para a compra de maquinários e insumos agrícolas modernos através do SNCR. De regra, os beneficiários do SNCR eram os

Importante reforçar que a presente pesquisa segue o enfoque metodológico de Paiva (1965), restringindo sua análise às variáveis econômicas que podem influenciar na modernização agrícola e, em sentido mais amplo, na chegada da chamada “Revolução Verde” na agricultura brasileira. Nesse enfoque, a ampla disseminação da modernização da agricultura em escala global nas décadas de 1960 e 1970 (a chamada “Revolução Verde”), com a generalização do uso de maquinários agrícolas, adubos químicos e sementes geneticamente modificadas, dentre outras inovações tecnológicas, foi parte integrante do processo de redução do preço – e, portanto, do custo de produção – dos bens de capital e demais insumos agrícolas comparativamente às outras variáveis, como o salário rural. Além disso, em escala global, a partir da década de 1970, os preços dos bens industrializados também passaram a se reduzir comparativamente à aceleração dos preços agrícolas, o que resultou na reversão da tendência à deterioração dos termos de troca entre agricultura e indústria no mundo (Baiardi, 1966).

Como consequência, a quebra na tendência dos preços e salários rurais, ao passar a tornar modernização agrícola comparativamente vantajosa, oferece uma demonstração empírica de que a reforma agrária se tornou desnecessária – ou obsoleta – para esse até então objetivo estratégico de desenvolvimento tecnológico da economia nacional. Outra evidência empírica sobre a obsolescência da reforma agrária também é comprovada factualmente por dados estatísticos que demonstram que, mesmo com as inovações políticas e institucionais implementadas na legislação agrária (os Estatutos do Trabalhador Rural e da Terra, assim como o SNCR e a previdência rural, entre outras), ao longo das décadas de 1960 e 1970 haveria um reforço de tendências históricas anteriores quanto às relações de trabalho e à concentração fundiária na agricultura brasileira.

Segundo dados do IBGE (2007), entre 1960 e 1970 o trabalho familiar aumentou ainda mais fortemente, passando de 63% para 80% do total de ocupações na agricultura brasileira. A multiplicação de estabelecimentos de pequeno porte não pode ser considerada um indicador de melhoria no padrão de distribuição da renda fundiária na agricultura brasileira com a formação

grandes proprietários rurais, que podiam oferecer lastro ao crédito em suas vastas extensões de terras – muitas das quais expropriadas de trabalhadores rurais através da grilagem de extensões contíguas às obras de construção de rodovias federais e estaduais (feitas em consórcio com diversas Superintendências e Programas regionais de desenvolvimento econômico), de eletrificação rural através da Empresa Brasileira de Eletricidade (Eletrobras) e de regularização fundiária pelo sucessor “bastardo” da Supra – o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (Delgado, 1985).

de uma classe média rural; de fato, eram minifúndios nos quais os trabalhadores complementavam sua renda com o trabalho na grande lavoura ou em ocupações urbanas, servindo apenas como mais um indicador da “proletarização em massa” da população rural.

Da mesma forma, entre 1960 e 1970, houve novamente uma concentração de terras na agricultura brasileira. Em termos do Índice de Gini, estima-se que houve uma deterioração de 0,842 para 0,844 – que é exatamente o mesmo grau de concentração fundiária de 1950 (Szmrecsányi, 1986). Com base na sinopse do *Censo Agropecuário de 1975*, encontra-se uma Índice de Gini ainda pior, com concentração fundiária de 0,850 (Camargo, 1986).

Em conjunto, o efeito de longo prazo das transformações econômicas e políticas ocorridas durante a crise dos anos 1960 permitiu a retomada do crescimento nos anos do “milagre” econômico. O comportamento da agricultura brasileira nesses anos é analisado no tópico a seguir.

3. A agricultura brasileira no “milagre” econômico (1968-1974)

De acordo com Hermann (2011), em essência, o crescimento no “milagre” econômico ocorreu a partir da utilização da alta capacidade produtiva ociosa da indústria produtora de bens de capital implantada durante o Plano de Metas. Nos anos do “milagre”, registrou-se uma taxa média de crescimento da renda superior a 11% ao ano – a maior taxa de toda a história econômica brasileira – simultaneamente a taxas de inflação relativamente controladas.⁸

A retomada do crescimento foi alcançada por meio de uma política de reorientação dos gastos públicos e privados para o novo núcleo dinâmico da economia brasileira. Em particular, a política de reorientação dos gastos da economia nacional se deu principalmente por meio da expansão do crédito ao consumo de bens duráveis (como carros de passeio, televisores em cores etc.) (Hermann, 2011). Em 1964-1967, os empréstimos dos bancos privados aumentaram em média 7,5% ao ano em termos reais e com fortes flutuações. Entre 1968 e 1973, nos anos do “milagre” econômico, essa expansão foi de 25,4% ao ano (Hermann, 2011).

⁸ Nos anos do “milagre” econômico, a política de controle da inflação passou a ser feita diretamente por meio do Conselho Interministerial de Preços (CIP), que aceitava ou rejeitava pedidos de reajustes de preços de indústrias e empresas. Claro que esse controle direto de preços só seria possível graças ao regime autoritário instalado em 1964 e aprofundado pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, com o fechamento do Congresso Nacional, a censura à imprensa, prisões arbitrárias e tortura de presos políticos.

Paralelamente à expansão do crédito ao consumo, o depósito compulsório dos bancos públicos e privados no Banco Central do Brasil (BCB) foi obrigatoriamente direcionado para o crédito rural subsidiado para aquisição de tratores, máquinas e implementos agrícolas através do SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural (Delgado, 1985). Com o aumento do uso de tratores e máquinas agrícolas, o forte crescimento da produção e da produtividade ajudou a conter a inflação e estimular as exportações da agricultura.

O crescimento do “milagre” econômico foi liderado pelo crédito ao consumo para automóveis e pelo crédito rural para aquisição de tratores e outras máquinas agrícolas por meio do SNCR (Hermann, 2011). Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), entre 1968 e 1974, a produção de automóveis cresceu em média 26% ao ano – e de tratores ainda mais, 30%, segundo o Ipeadata (2007).

Segundo dados dos *Censos demográficos* do IBGE (2007), entre 1969 e 1978 a fabricação nacional de tratores apresentou uma trajetória de crescimento exponencial, saltando de 10 mil para quase 70 mil unidades por ano – ou seja, em apenas um ano foi produzida quase a mesma quantidade total de tratores em uso na agricultura brasileira em 1960, ou mais de cinco vezes a importação anual de tratores no subperíodo histórico anterior à implantação da agroindústria de tratores na esteira do Plano de Metas.

Paralelamente ao forte crescimento da produção e da oferta de tratores, maquinários e implementos agrícolas, a agricultura brasileira se comportava de maneira peculiar. Entre 1967 e 1973, os sete cultivos de gêneros agrícolas voltados para o consumo interno cresceram 73%. No entanto, esse crescimento concentrou-se nas culturas de mandioca e trigo (265% e 223%, respectivamente). Nas demais culturas, as que tiveram maior crescimento foram a cebola e o milho, com apenas 23% e 17%.

Esse crescimento era bem inferior ao crescimento das ocupações urbanas, que aumentaram 33%. As demais culturas voltadas ao consumo interno apresentaram retração, como é o caso da batata e do feijão, e a produção de arroz ficou praticamente estagnada, com crescimento de apenas 5%, sempre segundo as *Estatísticas do século XX* do IBGE (2007).

Por sua vez, o preço desses sete gêneros de consumo interno registrou uma alta de 298% – a mais elevada de todo o período 1948-1978. Assim, embora a elasticidade-preço da oferta agrícola tenha apresentado melhora, chegando a 0,25, ela se concentrou nessas duas culturas (mandioca e trigo).

As demais culturas permaneceram altamente inelásticas, como é o caso da cebola e do milho, com sensibilidade de preço de apenas 0,08 e 0,06.

Por seu turno, as lavouras de exportação cresceram 127%. O destaque foi a soja, com crescimento de 486%. Os preços de exportação registraram alta de 316%, com destaque também para o da soja, que subiu 555%, ainda segundo os dados do IBGE (2007). Com isso, a elasticidade-preço da oferta da agricultura de exportação foi reduzida em comparação ao subperíodo anterior ao “milagre”, chegando a 0,40, novamente com destaque para a soja (0,88), mas ainda assim significativamente maior do que a elasticidade-preço dos cultivos de consumo interno.

No entanto, a ausência de uma indústria produtora de bens de consumo intermediário (como petróleo, fertilizantes etc.), capaz de atender ao forte crescimento da demanda doméstica, pressionou um aumento ainda maior das importações desses bens. Nessa circunstância interna *sui generis*, em dezembro de 1973, o primeiro Choque do Petróleo impôs a necessidade de um vigoroso ajuste externo. “O quadro de dependência estrutural e restrição externa que caracterizava a economia brasileira no início de 1974 impunha [...] a adoção de algum plano de ajuste externo.” (Hermann, 2011, p. 98).

Diante do grande déficit externo e a conseqüente necessidade de um ajuste externo, o início do processo de abertura “lenta, gradual e segura” do regime militar possibilitou ocorrer no país uma discussão teórica e política com diferentes interpretações sobre duas possíveis “opções” de resposta da política econômica ao Choque do Petróleo. Em uma interpretação, a primeira “opção”, proposta por Dionísio Dias Carneiro (1977) com outros economistas do setor privado, era que seria necessário implementar um ajuste conjuntural. Uma política recessiva, aliada à desvalorização cambial, poderia conter as importações e estimular as exportações. Com um ajuste externo conjuntural, o desequilíbrio externo seria resolvido e a economia brasileira retomaria sua trajetória de crescimento.

Na outra interpretação, a segunda “opção” de política econômica, formulada por Antônio Barros de Castro (1985) com outros economistas do setor público, era a de se implementar um ajuste estrutural. A ampliação da capacidade de oferta interna de bens de consumo intermediário poderia reduzir a necessidade de importação desses bens. Com a política de ajuste estrutural, não só se aprofundaria o modelo de industrialização por substituição de importações, como se ampliaria a capacidade exportadora da economia brasileira. Ao contrário do ajuste conjuntural, o ajuste estrutural poderia

“remover ou atenuar a restrição externa ao crescimento, de forma duradoura, através da substituição de importações e do aumento da capacidade de exportação” (Hermann, 2011, p. 101).

Por um lado, a “opção” brasileira pelo ajuste externo estrutural não recessivo foi possibilitada, segundo Hermann (2011), pela abundância de crédito externo decorrente da criação do mercado internacional de petrodólares na Europa. Por outro lado, a “opção” brasileira também foi induzida por pressões políticas internas favoráveis à manutenção das altas taxas de crescimento da renda, decorrentes dos anos do Plano de Metas e do “milagre” econômico.

Ao lado do cenário externo favorável,

[...] houve, internamente, uma pressão para a adoção de um modelo de ajuste não recessivo em 1974. O crescimento dos primeiros anos do “milagre” foi facilitado pelo aproveitamento da capacidade ociosa então existente, mas, a partir de 1971, a demanda agregada em expansão estimulou novos investimentos privados. Em 1974, grande parte desses investimentos estava incompleta, ou havia sido concluída recentemente. Uma forte desaceleração econômica naquele momento implicaria riscos e altos custos para os investidores da empresa [...] Havia, portanto, uma forte demanda empresarial para a continuidade do crescimento. (Hermann, 2011, p. 101)

Assim, é possível considerar que em 1974 não haveria uma “opção”, ou um “dilema”, para a política econômica. Ela continuaria perseguindo o “destino manifesto” brasileiro de crescimento econômico a qualquer custo. A política de ajuste estrutural realizada pelo segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (2º PND) é analisada no próximo tópico.

4. A economia brasileira no 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1978)

Tal e qual o Plano de Metas, o 2º PND tinha o objetivo de transformar os “pontos de estrangulamento” da economia brasileira em “pontos de germinação” do crescimento. Especificamente, isso seria alcançado por meio da expansão da oferta interna de bens de consumo intermediário e consequentes mudanças na pauta de comércio exterior.⁹

⁹ Na discussão teórica, os novos “gargalos” da economia brasileira já haviam sido identificados em obra seminal de Maria da Conceição Tavares (1963). Além disso, os “gargalos” para o crescimento da economia brasileira nas décadas de 60 e 70 já haviam sido objeto de formulação concreta pelos projetos de investi-

Para alcançar seus ousados objetivos, era necessário um alto investimento estatal de longo prazo; sem financiamento privado de longo prazo, foi necessário apelar ao crédito externo. Em outras palavras, o 2º PND buscou reduzir o déficit externo a partir do endividamento externo.¹⁰

Para praticamente todos os economistas da época, o aparente paradoxo em reduzir o déficit externo com base no endividamento externo tinha duas justificativas. No curto prazo, o endividamento era sucessivamente refinanciado a taxas de juros de curto prazo pós-fixadas, que apresentavam uma trajetória de queda real. No longo prazo, a redução das importações e o aumento das exportações poderiam permitir a redução do apelo ao crédito externo.

A política industrial implementada no âmbito do 2º PND teve dois efeitos principais: um no que diz respeito à estrutura produtiva da economia brasileira e outro na sua pauta de comércio exterior. Na estrutura produtiva brasileira, em 1980, a agricultura representava menos de um terço do emprego nacional, segundo o *Censo Demográfico* do IBGE (2007). Com relação à indústria, ao final do 2º PND, a indústria de bens de consumo intermediário passou a ser majoritária na indústria: em 1980 representava mais de 37% da produção industrial (Serra, 1982), ou mesmo 44% (Bonelli, 1998).

Ao mesmo tempo, o 2º PND não descuidou da importância da agricultura para a economia brasileira. Além da criação de diversos programas para a regionalização da industrialização e da modernização agrícola – como a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Polocentro) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), que se somaram ao potente SNCR –, a agricultura foi contemplada com duas grandes políticas: o Programa Brasileiro do Alcool (Proácool) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

mento contidos no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, de João Goulart e Celso Furtado, em 1963 (Fonseca; Moreira, 2012). Da mesma forma, em 1972, o 1º PND também identificou esses novos “gargalos” da economia brasileira. No entanto, tanto o Plano Trienal quanto o 1º PND permaneceram atrelados às restrições fiscais, propondo metas pouco ousadas. Já em 1974-1978, a possibilidade – inédita desde a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929 e subsequente Grande Depressão da década de 1930 – de amplo apelo ao endividamento externo junto a bancos privados permitiu ao 2º PND uma restrição fiscal relativamente menor, propondo metas bem mais ousadas – e levadas a cabo – do que seus antecessores.

¹⁰ Apenas dois grupos de autores contemporâneos ao 2º PND criticaram o seu apelo ao endividamento externo: Caio Prado Jr. e os economistas da CEPAL, que continuavam prescrevendo a necessidade de consecução de medidas mínimas de desconcentração no padrão de distribuição da renda e terras no campo e – agora mais do que nunca – particularmente nas cidades (Rodrigues, 2009).

Com o objetivo de contribuir para a superação da crise internacional do petróleo, procurou-se incentivar a substituição da importação desse bem por meio do Proácool, que estimulava a conversão da cana-de-açúcar para o álcool combustível (o etanol). Por sua vez, a Embrapa, por meio da seleção de sementes geneticamente adaptadas a cada região do país, estimulou o aumento da produtividade agrícola com objetivo de aumentar essas exportações.

O sucesso no processo de substituição das importações pela agroindústria produtora de bens de consumo intermediário foi particularmente notável no caso dos fertilizantes. Mesmo com o forte crescimento da produção agrícola e – subsequentemente – da demanda por fertilizantes na agora modernizada agricultura brasileira, as importações de compostos nitrogenados e fosfatados caíram de um patamar em torno de 60% em 1974 para um patamar inferior a 20% no início da década de 1980, segundo dados das *Estatísticas do século XX* do IBGE (2007).

O amplo alcance do 2º PND na estrutura produtiva brasileira fica ainda mais evidente nas transformações da pauta de comércio exterior do país. Pelo lado das importações, entre 1974 e 1983 os bens de consumo intermediário reduziram sua participação no total das importações de 55% para 37%. No caso do petróleo, a necessidade de prospecção, extração e refino levaria a um maior tempo de maturação do investimento; por isso, a redução do coeficiente de importação de combustíveis só ocorreu a partir de 1983. A participação de mais de 50% das importações de petróleo no consumo interno foi reduzida, em 1985, para cerca de 20% (Giambiagi *et al.*, 2011).

Por sua vez, pelo lado das exportações, haveria um recorde inédito na história econômica do Brasil: entre 1974 e 1979, mesmo com o crescimento não negligenciável das exportações agrícolas de 50%, as exportações industriais registraram um aumento exponencial, de 200%. No final da década de 1970, essa trajetória possibilitou que as exportações industriais superassem as da agricultura – pela primeira e única vez em toda a história econômica do Brasil (Giambiagi *et al.*, 2011).

Essas transformações estruturais na economia brasileira levadas a cabo pelo 2º PND também incluíram modificações profundas na sua agricultura. Elas são analisadas no próximo tópico.

5. A agricultura brasileira no 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1978)

O impacto do 2º PND sobre a agricultura brasileira pode ser observado no comportamento da sua produção e seus preços. Entre 1974 e 1978, os cultivos destinados ao consumidor brasileiro cresceram 95% – um crescimento recorde para todo o período nacional-desenvolvimentista brasileiro, entre 1930 e 1980. Além disso, seu crescimento foi quase cinco vezes maior do que o aumento das ocupações urbanas no subperíodo – de 18%, segundo dados do IBGE (2007).

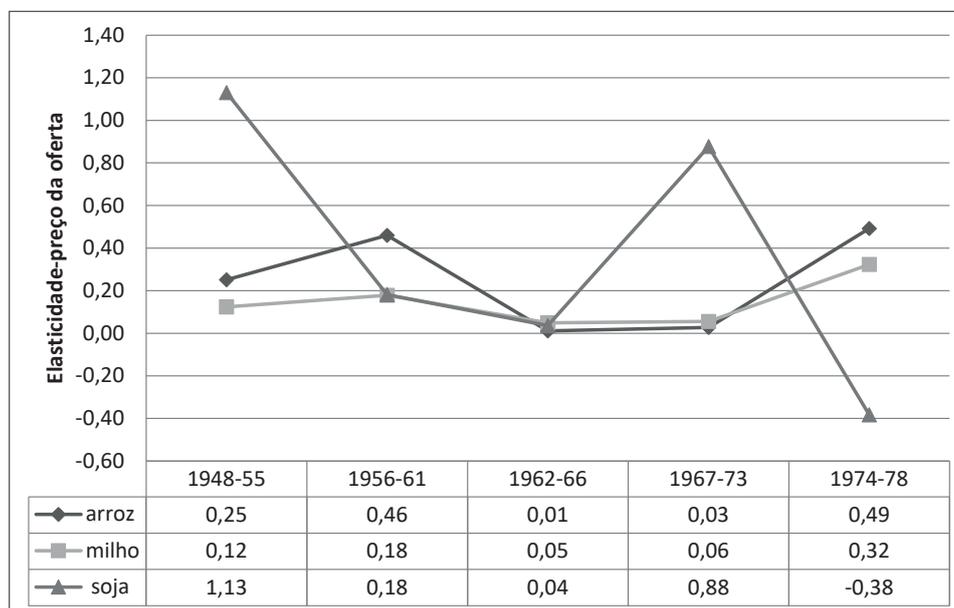
Por sua vez, a inflação no preço desses cultivos também se acelerava, registrando o maior aumento no período 1948-1978: 366%. Como um todo, no subperíodo 1974-1978 a elasticidade-preço da oferta dos produtos agrícolas de mercado interno atingiu a maior marca da história econômica da agricultura brasileira: 0,26 – ainda assim, um nível ainda bastante inelástico. O destaque foi a oferta de batata e feijão, com elasticidade-preço superior a 0,50.

No que diz respeito às lavouras de exportação, elas registraram um crescimento ligeiramente inferior ao das culturas de consumo interno. No mesmo subperíodo de 1974-1978, o preço dessas safras subiu 412% – alta bem superior à dos cultivos de consumo interno, sempre segundo as *Estatísticas* do IBGE (2007).

Entre 1974 e 1978, o baixo crescimento da oferta combinado com a forte alta dos preços resultou na menor elasticidade das lavouras de exportação em todo o período de 1948-1978, de apenas 0,23. Isso resultou que, ao final do 2º PND – pela primeira vez na história econômica da agricultura brasileira – as lavouras de exportação tornaram-se mais inelásticas do que os cultivos voltados para o consumo interno, conforme observado abaixo no Gráfico 2.¹¹

¹¹ Esses três produtos foram selecionados por três motivos. Em primeiro lugar, apresentam um comportamento que, ao menos em parte, sintetiza a trajetória dos demais gêneros agrícolas. Por exemplo, a elasticidade-preço da oferta de arroz foi muito semelhante à do feijão. Em segundo lugar, o comportamento desses três gêneros agrícolas é de alguma forma mais ou menos homogêneo, no sentido de poder trazer algum significado analítico. No caso do arroz em relação ao feijão, a rizicultura apresentou uma trajetória com menos pontos *outliers* ou “fora da linha”. O mesmo ocorreu com o comportamento do trigo, representado pela trajetória do milho no Gráfico 3. Em terceiro lugar, e não menos importante, esses três gêneros são representativos da agricultura brasileira: o arroz (ao lado do feijão e do trigo) é item básico na cesta do consumidor brasileiro; o cultivo do milho fornece ração para gado, suínos e aves e, por extensão, laticínios; por fim, a soja destaca-se entre as “modernas” culturas de exportação utilizadas na agricultura brasileira até os dias atuais.

Gráfico 2 – Elasticidade-preço da oferta agrícola produtos selecionados (Brasil, 1948-1978)



Fonte: IBGE (2007).

Na segunda metade da década de 1950, a implantação pelo Plano de Metas de uma indústria cujo “carro-chefe” era a infraestrutura de transporte rodoviário possibilitou a ampliação do raio macroeconômico do país. Com a retomada do processo de industrialização por substituição de importações nos anos do 2º PND, entre 1974 e 1978, houve uma conciliação que permitiu que o crescimento da produção agrícola total em 24% ocorresse de maneira tanto intensiva – pela modernização – quanto extensiva – pela extensão da fronteira, em apenas 13%.

Novamente, esse padrão de crescimento intensivo e extensivo da agricultura brasileira no 2º PND é sobremaneira diferente do subperíodo histórico anterior ao Plano de Metas, e que tinha sido mantido durante sua implementação, quando o crescimento da produção agrícola era praticamente igual ao aumento da área plantada. Entre 1948 e 1955, o aumento da área plantada foi de 34%, e da produção agrícola total de 35%; enquanto entre 1956 e 1961 o padrão eminentemente extensivo de crescimento foi mantido para a agricultura de mercado interno, com o aumento da área plantada em 22% e da produção em 23% (IBGE, 2007).

Embora mais visível apenas no 2º PND, o novo padrão intensivo e extensivo de crescimento agrícola já havia começado entre 1962 e 1967, quando a produção da agricultura de consumo interno foi de 19%, diante do aumento

de 14% na área plantada. O novo padrão de crescimento agrícola se manteve ainda entre 1968-1974, com o crescimento da produção agrícola total de 18%, ainda superior ao aumento da área plantada de 15%.

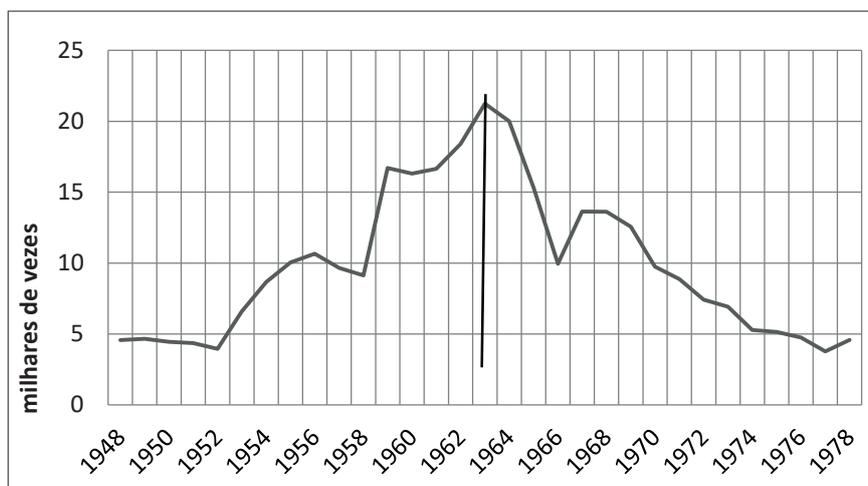
Não é demais enfatizar que o hiato entre as taxas de crescimento da área plantada e da produção agrícola é tão somente um indicador da modernização agrícola que ocorria no país. A produtividade física da terra rural, que antes do Plano de Metas, entre 1948 e 1955, encontrava-se estagnada em 3,45 toneladas colhidas por hectare plantado, entre 1956 e 1960 começa a subir para 3,86 toneladas por hectare para em 1978 apresentar um salto para 4,71 toneladas por hectare (IBGE, 2007).

Ao final do 2º PND, o sucesso no processo de substituição de importações agrícolas e industriais e, principalmente, na modernização seletiva da agricultura brasileira, pode estar relacionado às mudanças registradas na estrutura econômica de quantidades, preços e salários rurais. Nos dez anos entre 1968 e 1978, o salário rural anual saltou do patamar de Cr\$ 1.350,50, em 1968, para Cr\$ 24.126,50, em 1978 (Bacha, 1978). Ou seja, em dez anos houve um aumento de quase 18 vezes no salário do trabalhador rural temporário.

Em contrapartida, o preço do trator passou de Cr\$ 18.401.000,00 para Cr\$ 110.513.105,00, segundo dados de Sanders Jr. (1973) e extrapolação com base no Índice de Preços ao Atacado (IPA-OG) de máquinas agrícolas do Ipeadata (2007). Apesar de parecer um forte aumento, em termos relativos, nos dez anos entre 1968 e 1978 o preço do trator registrou um aumento de apenas seis vezes – três vezes menos que o aumento dos salários rurais, de 18 vezes.

Observando o período entre 1948 e 1978 como um todo, a estrutura de preços relativos da agricultura brasileira, que poderia funcionar como um mecanismo de incentivo econômico à modernização agrícola no Brasil, apresentou uma clara e eloquente quebra de tendência antes e depois do Plano de Metas. Com base na metodologia desenvolvida pelo teste de Dickey-Fuller aumentado (ADF), a relação entre o preço do trator e o salário rural registraria uma quebra na tendência histórica no ano de 1963, conforme pode ser observado abaixo no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Relação entre o preço do trator e o salário rural (r/w) (Brasil, 1948-1978)



Fonte: Sanders Jr. (1973) e Bacha (1979).

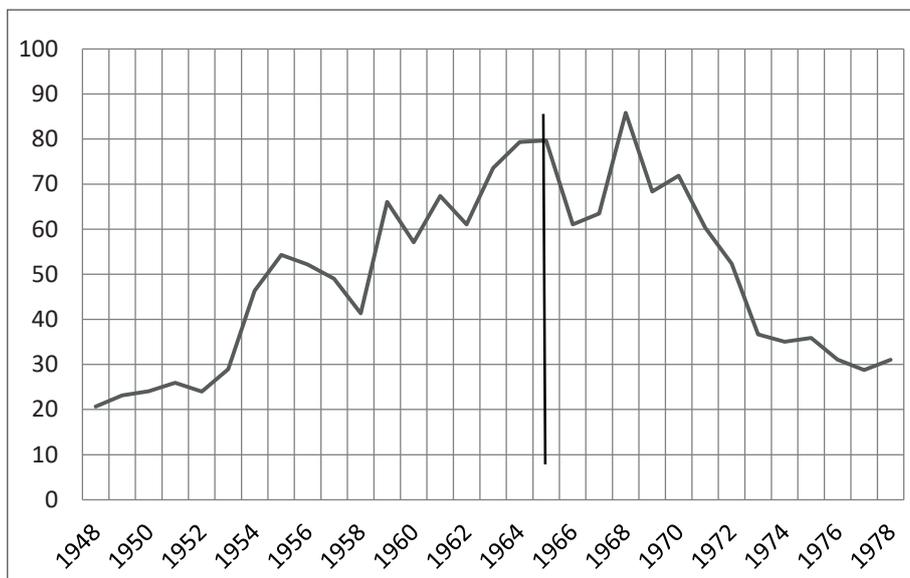
Conforme visto no Gráfico 3, até 1963 a relação entre preços de tratores e salários rurais apresentava uma clara e forte tendência ascendente, passando de menos de 5 mil vezes em 1948 para mais de 20 mil vezes em 1963. Por outro lado, a partir de 1963 essa tendência se inverteria, passando a funcionar como um mecanismo de incentivo econômico de longo prazo para a modernização agrícola.

Sem dúvida, é possível atribuir a quebra da tendência estrutural a fatores extraeconômicos (mais especificamente, a organização política da Contag, a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural e a regulamentação da previdência rural, além do crédito rural subsidiado e obrigatório do SNCR, entre outras alterações políticas, educacionais etc.). Porém, assim como se deve considerar uma defasagem no impacto do Plano de Metas sobre os preços relativos, o mesmo deve ser considerado para tais fatores extraeconômicos. Mais importante do que uma hipótese de defasagem, deve-se ressaltar que somente em 1963 a produção da indústria nacional de tratores ultrapassou a marca histórica da década de 1950, de 8 mil novos tratores importados por ano, podendo, como resultado, ter contribuído para a relativa redução dos seus preços a partir de 1964 em diante.

Da mesma forma que a relação entre preços de tratores e salários rurais, os termos de troca entre a agroindústria de tratores e a agricultura de consumo interno também registraram uma quebra na tendência histórica observada no subperíodo anterior ao Plano de Metas. Como pode ser visto no

Gráfico 4, de 1948 a 1965 os termos de troca apresentaram uma tendência de deterioração de longo prazo.

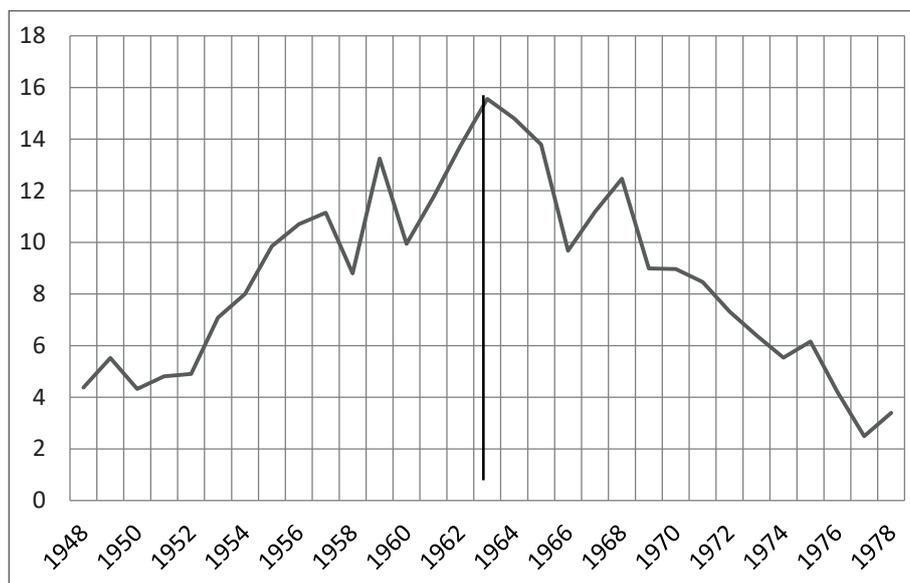
Gráfico 4 – Termos de troca entre agroindústria e agricultura de consumo doméstico (r/p) (Brasil, 1948-1978)



Fonte: IBGE (2007) e Sanders Jr. (1973).

A partir de 1965, apesar de um ligeiro aumento nos anos do “milagre” econômico, os termos de troca começaram a registrar uma tendência de melhoria, invertendo a tendência anterior. A quebra na tendência dos termos de troca entre a agricultura e a agroindústria de tratores ficou ainda mais clara no caso das culturas de exportação, conforme apresentado a seguir no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Termos de troca entre agroindústria e agricultura de exportação (r/px) (Brasil, 1948-1978)



Fonte: IBGE (2007) Sanders Jr. (1973) e IPEADATA (2007).

Conforme observado no Gráfico 5, entre 1948 e 1963 houve uma tendência de deterioração dos termos de troca entre a agricultura de exportação e a agroindústria de tratores. À semelhança do caso da agricultura de consumo interno, a partir de 1963 – apesar de um ligeiro aumento nos anos do “milagre” econômico – registrou-se uma quebra acentuada da tendência histórica anterior, invertendo-se a deterioração dos termos de troca entre a agricultura e a agroindústria.

No entanto, ao contrário do pensamento econômico das décadas de 1950 e 1960, a melhora da elasticidade-preço da oferta agrícola voltada para a demanda nacional não esteve de forma alguma ligada a uma reforma agrária que melhorasse a concentração fundiária e as relações de trabalho no campo. Essa piora é perceptível no cálculo da concentração fundiária com base no Índice de Gini.

Entre 1970 e 1980, esse índice piorou muito, registrando a mais perversa concentração fundiária da história econômica da agricultura brasileira – e a mais grave entre todas as economias industrializadas do mundo. Se em 1970 o Índice de Gini fundiário era de 0,844, em 1975 já subia para 0,855, e em 1980 atingiu o recorde de 0,857 (Szmrecsányi, 1986).

No que diz respeito às relações de trabalho rural, a agricultura familiar reduziu sua participação no total das ocupações rurais pela primeira vez no subperíodo analisado, passando de 80% para 74%. Nos mesmos anos, a par-

ticipação dos trabalhadores rurais permanentes aumentou de 7% para 10%, enquanto os temporários passaram de 12% para 15%, segundo as *Estatísticas do século XX* do IBGE (2007). Com isso, haveria modernização agrícola de forma seletiva – e principalmente uma melhoria na elasticidade-preço da oferta agrícola – sem a necessidade de uma reforma agrária.

6. Considerações finais

O artigo teve como objetivo testar empiricamente a hipótese de que o Plano de Metas produziria uma quebra na tendência histórica das variáveis que podem explicar a modernização agrícola no Brasil com base na teoria econômica. Para isso, utilizou-se o modelo Paiva-Schultz e a técnica de análise de quebra estrutural de séries temporais.

O subperíodo histórico posterior ao Plano de Metas pode ser subdividido em quatro: os anos imediatamente anteriores e posteriores ao Golpe Militar de 1964, os do “milagre” econômico e os do 2º PND. Em síntese, entre 1961 e 1964, a economia brasileira ainda digeriria a grande transformação estrutural sofrida pelo Plano de Metas. Nesses anos, iniciou-se o processo de reformas na legislação agrária, com a organização da Contag, a chegada da legislação trabalhista ao campo com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e, por fim, o Decreto da Supra.

Esse decreto foi a motivação mais imediata para o Golpe Militar de 1964, que rapidamente o revogou e apresentou em seu lugar o Estatuto da Terra. Além disso, houve uma série de reformas institucionais nas áreas tributária, financeira, salarial e previdenciária (aqui, incluindo finalmente o trabalhador rural na previdência).

No biênio de 1963 e 1964 haveria uma quebra na tendência estrutural de longo prazo nas oito variáveis econômicas que podem influenciar a decisão do agricultor na adoção de práticas agrícolas modernas. Essa quebra na tendência estrutural – aliada a variáveis extraeconômicas como o Estatuto do Trabalhador Rural e as Reformas Institucionais – possibilitaria a retomada do crescimento com o “milagre” econômico entre 1968 e 1974, quando a modernização chegou também na agricultura brasileira. Nesses anos, apesar das altas taxas de crescimento da produção de tratores agrícolas e de sua disseminação na agricultura brasileira, a inelasticidade de preços da oferta agrícola continuava baixa, principalmente na agricultura voltada para o consumidor nacional, e somente a agricultura de exportação melhoraria sua sensibilidade aos preços.

Entre 1974 e 1978, com o 2º PND, há a continuidade do crescimento econômico com a retomada da substituição de importações e a acentuação da modernização agrícola. Ao final do 2º PND, as exportações industriais do Brasil superaram as da agropecuária pela primeira e única vez em sua história econômica. Apesar disso, a agricultura também recebeu atenção, havendo uma melhora nas elasticidades de oferta agrícola, principalmente para as culturas voltadas ao consumidor brasileiro, que se tornam mais sensíveis aos preços do que as culturas de exportação.

De crucial importância para a hipótese de pesquisa do artigo que ora se encerra, a melhoria das elasticidades agrícolas no mercado interno ocorreu mesmo sem uma reforma agrária que promovesse a desconcentração fundiária e melhores condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais – muito pelo contrário. Como consequência, demonstra-se empiricamente que a industrialização e a modernização da agricultura por si só foram capazes de atender aos objetivos propostos pela reforma agrária nas décadas de 1940 e 1950 (qual seja, incentivar a industrialização nacional e, em especial, a modernização agrícola).

A modernização agrícola e a melhoria da elasticidade da agricultura de consumo interno aconteceram mesmo sem a necessidade de implementação de uma política de reforma agrária – tornando-se assim obsoleta, ainda que houvesse uma piora no padrão de concentração fundiária e precarização das relações de trabalho rural. A obsolescência da reforma agrária ocorreu porque a própria industrialização e o aumento da população urbana já resolveram a questão da modernização agrícola: a própria industrialização da economia nacional seria responsável por elevar os salários rurais, ampliar o mercado consumidor e melhorar os termos de troca entre agricultura e indústria, além de aumentar a produtividade do capital agrícola, bem como – e principalmente – promover a melhoria da elasticidade-preço da oferta agrícola até mesmo para os cultivos orientados para o consumidor brasileiro.

Em outras palavras, a modernização industrial e agrícola permitiu que a agricultura brasileira atingisse elevados parâmetros de produtividade e até mesmo melhorar a elasticidade-preço da sua oferta, sem mudar a tendência de concentração da posse da terra e de precárias relações trabalhistas. Assim, a agricultura brasileira conseguiu se modernizar mantendo uma estrutura agrária no qual o trabalhador rural ainda está distante de ver a generalização de uma classe média próspera entre os pequenos produtores familiares.

Apesar da obsolescência econômica da reforma agrária como uma

estratégia de desenvolvimento que incentivasse a modernização agrícola, seu paradigma continua tendo importância regional e socialmente, como forma de redução da pobreza e da miséria rural em determinadas regiões do país, ou como forma de apaziguar zonas críticas de tensão social conforme estabelecido no Estatuto da Terra. Principalmente, o paradigma da reforma agrária mantém sua relevância no país por fornecer uma fundamentação teórica que permite oferecer uma explicação econômica sobre a modernização agrícola.

De forma um tanto paradoxal, [...] ao mesmo tempo que se nega aplicabilidade ao presente do “modelo de reforma agrária dos anos 60 e 70”, confirma-se a sua pertinência e a dos paradigmas sobre os quais se fundava no passado: um certo paradigma do desenvolvimento econômico e um modelo de estrutura agrária. (Leite; Palmeira, 1996, p. 104)

Em outras palavras, “o paradigma” da modernização agrícola por meio da reforma agrária “não funcionou, mas permaneceu válido para se pensar aquele período e para a elaboração de seu contraponto (o paradigma da agro-indústria)” (Leite; Palmeira, 1996, p. 104). Ainda mais importante, em pleno século XXI, o estudo da questão da reforma agrária ao longo do período nacional-desenvolvimentista brasileiro através das oito variáveis econômicas explicativas da modernização agrícola no modelo de Paiva-Schultz também pode contribuir para enriquecer as discussões atuais sobre as diferentes vertentes de medidas voltadas para a concretização de uma política de reforma urbana no país e, principalmente, do seu potencial de incentivo ao desenvolvimento de uma economia verde.

Referências

- ABREU, M. de P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BACHA, E. L. Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 9, n. 3, p. 585-628, 1979.
- BAIARDI, A. *Inovação tecnológica e trabalho assalariado na agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1986. Tese (Doutorado em Economia da Unicamp).

BAIARDI, A. Modernização agrícola e o mecanismo de autocontrole em Ruy Miller Paiva. *Revista Agricultura em São Paulo*, v. 43, n. 3, p. 51-69, 1996.

BARCELLOS, T. M. M. de (Org.). *A política social brasileira – 1930/64*. Porto Alegre: Fundação de Estatísticas Econômicas, 1983.

BONNELI, R.; GONÇALVES, R. *Para onde vai a estrutura industrial brasileira?* Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (TD, n. 540). Disponível em: <ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0540.pdf>. Acesso em 16 set. 2023.

CAMARGO, A. *A questão agrária*. In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano, v. 3: Sociedade e Política (1930-1964), Livro Primeiro: Processo Político, cap. III. São Paulo: Difusão, p. 147-272, 1986.

CAMINHA, P.V. A agricultura brasileira antes do Plano de Metas: a funcionalidade da reforma agrária durante a industrialização restringida. *Revista da CEPAL*, n. 138, p. 97-118, 2022a. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/48677-la-agricultura-brasileña-antes-plan-metas-la-funcionalidad-la-reforma-agraria>>.

CAMINHA, P.V. *A agricultura na industrialização pesada: a modernização agrícola no Plano de Metas e seus impactos sobre a reforma agrária*. *Revista de História Econômica e História de Empresas*, v. 25, n. 3, p. 582-615, 2022b. Disponível em: <<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/808>>.

CARNEIRO, D. D. *Brasil: dilemas da política econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

CASTRO, A. B. de; SOUZA, F. E. P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DELGADO, G. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos Brasileiros).

FONSECA, P. C. D.; MOREIRA, C. S. *O projeto do governo Goulart e o II PND: um cotejo*. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE/UFRGS), 2012. (Texto para Discussão, n. 10). Disponível em: <www.ufrgs.br/decon/TD10_fonseca-moreira.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GIAMBIAGI, F.; HERMANN, J. *et al. Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1987.

HERMANN, J. *Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: II PND e crise da dívida externa*. In: GIAMBIAGI, F.; HERMANN, J. *et al. Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 69-92, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.seculoxx.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2023.

IPEADATA. *Dados macroeconômicos*. Brasília: IPEA, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2023.

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. *American Economic Review*, v. XLV, n. 1, p. 1-28, 1955.

LEITE, S.; PALMEIRA, M. *Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas*. In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. (Org.). *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 93-165, 1998.

MALUF, R. Sergio J. *Um mal necessário? Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1992 (Cadernos de Economia, 12).

MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. São Paulo: Ciências Humanas, 1984.

MEDEIROS, L. S. de. *A questão da reforma agrária no Brasil: 1955–1964*. São Paulo: USP, 1982. Dissertação (Mestrado da USP).

MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1975.

MOORE JR., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Edições Cosmos, 1973.

MOREIRA, V. M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 35, p. 329–360. São Paulo: ANPHU/Humanitas Publicações, 1998.

PAIVA, R. M. Reflexões sobre as tendências da produção, da produtividade e dos preços do setor agrícola do Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, n. 20, p. 111–134, 1966.

PRADO JR., C. O Estatuto do Trabalhador Rural. In: SANTOS, R. (Org.). *Caio Prado Jr.: dissertações sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense; Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

RANGEL, I. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004. (Coleção Estudos Rurais)

RODRIGUES, F. H. L. *Investimento Direto Estrangeiro e empresas transnacionais no Brasil: reflexões de pensadores da CEPAL (perspectiva histórica do pós-guerra ao início do século XXI)*. Campinas: Unicamp, 2006. Dissertação (Mestrado em Economia da Unicamp).

SABÓIA, J. *Salário mínimo no Brasil: a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: L&PM Editores, 1985.

SABÓIA, L. H. *O mundo do volante: trabalhadores rurais de Cravinhos – SP*,

1974. Campinas: Unicamp, 1978. Dissertação (Mestrado em Antropologia da Unicamp).

SANDERS JR., J. *Mechanization and employment in brazilian agriculture, 1950-1971*. University of Minnesota, 1973.

SERRA, J. *Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após-guerra*. In: BELLUZZI, L. G. de M.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, v. 1. São Paulo: Brasiliense, p. 69-138, 1982.

SCHULTZ, T. W. *A transformação da agricultura tradicional*. Rio de Janeiro: Yale University Press/Zahar, 1965.

SZMRECSÁNYI, T. *Desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970)*. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo IV: O Brasil Republicano, v. 3: Economia e Cultura (1930-1964), Livro Primeiro: Economia e Demografia, cap. III. São Paulo: Difusão, p. 107-207, 1986.

TAVARES, M. da C. *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TEIXEIRA, A. O debate em perspectiva histórica: duas correntes que se enfrentam através dos tempos. In: TEIXEIRA, A.; MARINGONI, G.; GENTIL, D. *O histórico debate do desenvolvimento*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), p. 11-31, 2010.

VILLELA, A. A. Dos “anos dourados” de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 25-48, 2011.

XAVIER, L.; COSTA, A. M. *Modernização agrícola e desenvolvimento econômico: reavaliando os modelos de Schultz e Paiva*. XLIV CONGRESSO DA SOBER. *Anais...* Fortaleza: SOBER, 2006.

WERNECK, M. L. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.